

A influência
das línguas africanas
no português brasileiro

Yeda Pessoa de Castro

A INFLUÊNCIA DE LÍNGUAS AFRICANAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

DA ÁFRICA

Do século XVI ao século XIX, o tráfico transatlântico trouxe em cativo para o Brasil quatro a cinco milhões de falantes africanos originários de duas regiões da África subsaariana: a região banto, situada ao longo da extensão sul da linha do equador, e a região oeste-africana ou "sudanesa", que abrange territórios que vão do Senegal à Nigéria.

A região banto compreende um grupo de 300 línguas muito semelhantes, faladas em 21 países: Camarões, Chade, República Centro-Africana, Guiné Equatorial, Gabão, Angola, Namíbia, República Popular do Congo (Congo-Brazzaville), República Democrática do Congo (RDC ou Congo-Kinshasa), Burundi, Ruanda, Uganda, Tanzânia, Quênia, Malavi, Zâmbia, Zimbábue, Botsuana, Lesoto, Moçambique, África do Sul.

Entre elas, as de maior número de falantes no Brasil foram o quicongo, o quimbundo e o umbundo. O quicongo é falado na República Popular do Congo, na República Democrática do Congo e no norte de Angola. O quimbundo é a língua da região central de Angola. O umbundo é falado no sul de Angola e em Zâmbia.

Sua principal característica é o sistema de classes que funciona por meio de prefixos que se ordenam em pares (cl. 1/2, cl. 3/4, etc), para exprimir a oposição singular e plural dos nomes, o aumentativo, o diminutivo, o locativo, o infinitivo dos verbos, permitindo ainda delimitar o sentido desse mesmo nome, como no caso da cl. 1/2, com prefixos *mu-* / *ba-*, referentes a seres humanos, a exemplo de *ba.ntu*, plural de *mu.ntu*, homem, ou, então, *mu.leke* e *mu.kama*. Da classe *ku-*, a dos termos verbais (*ku-* é semelhante ao *to* do infinitivo verbal do inglês, *to speak*, falar), temos, entre outros, *ku.xila*, dormir, *ku.xinga*, insultar, *ku.babata*, tatear, enquanto da classe *ka-*, a dos diminutivos, temos *ka.lunga*, *ka.mundongo*, rato pequeno.

Quanto às línguas oeste-africanas, chamadas de "sudanesas", as mais importantes foram as línguas da família kwa, faladas no Golfo do Benim. Seus principais representantes no Brasil foram os iorubás e os povos de línguas do grupo *ewe-fon* que foram apelidados pelo tráfico, de *minas* ou *jejes*.

O iorubá é uma língua única, constituída por um grupo de falares regionais concentrados no sudoeste da Nigéria (ijexá, oió, ifé, ondô, etc.) e no antigo Reino de Queto (Ketu), hoje, no Benim, onde é chamada de *nagô*, denominação pela qual os iorubás ficaram tradicionalmente conhecidos no Brasil. Já o *ewe-fon* é um conjunto de línguas (*mina*, *ewe*, *gun*, *fon*, *mahi*) muito parecidas e faladas em territórios de Gana, Togo e Benim. Entre elas, a língua *fon*, numericamente majoritária na região, é falada pelos *fons* ou *daomeanos*, concentrados geograficamente no planalto central de Abomé, capital do antigo Reino do Daomé, no Benim atual.

No entanto, apesar dessa notável diversidade de línguas, todas elas têm uma origem comum que é a grande família lingüística Níger-Congo. Logo, são todas línguas aparentadas.

NO BRASIL

Iniciado o tráfico entre Brasil e África, já na primeira metade do século XVI observou-se a confluência de línguas negro-africanas com o português europeu antigo. A consequência mais direta desse contato lingüístico e cultural foi a alteração da língua portuguesa na colônia sul-americana e a subsequente participação de falantes africanos na construção da modalidade da língua e da cultura representativas do Brasil.

Explicar o avanço do componente africano nesse processo é ter em conta a participação do negro-africano como personagem falante no desenrolar dos acontecimentos e procurar entender os fatos relevantes de ordem sócio-econômica e de natureza lingüística que, ao longo de quatro séculos consecutivos, favoreceram a interferência de línguas africanas na língua portuguesa, no Brasil. Isso se fez sentir em todos os setores: léxico, semântico, prosódico, sintático e, de maneira rápida e profunda, na língua falada.

FATORES DETERMINANTES

A densidade populacional estimada entre quatro a cinco milhões de africanos transplantados para substituir o trabalho escravo ameríndio no Brasil originou, durante três séculos seguidos, um contingente de negros e afro-descendentes superior ao número de portugueses e outros europeus, de acordo com as informações históricas disponíveis e as estimativas demográficas de época, a exemplo do censo de 1823, que apontava 75% de negros e mestiços no total da população brasileira.

Podemos, então, supor que essa vantagem, em termos de superioridade numérica, no confronto das relações de trabalho e na convivência diária, teria dado também a sua parte de contribuição para a constituição daquela "língua geral", que foi usada no Brasil até meados do século XVIII por bandeirantes e catequistas e, segundo Câmara Jr. (1954, p.293) "não deve ser confundida com uma suposta persistência dos falares tupis na sociedade européia do meio americano". Ao mesmo tempo, já se formavam os falares afro-brasileiros das senzalas, das plantações, dos quilombos, das minas. Mais tardiamente, de alguns núcleos da costa atlântica, até o seu estabelecimento como línguas rituais, a chamada língua-de-santo na Bahia, e, dispondo de um vocabulário menos rico, sob a forma de falares especiais de comunidades negras isoladas, como as que vivem no Cafundó, em São Paulo, e em Tabatinga, Minas Gerais (VOGT; FRY, 1996; QUEIROZ, 1998).

O LADINO E A MULHER NEGRA

Na intimidade desse contexto histórico, o isolamento social e territorial em que foi mantida a colônia pelo monopólio do comércio externo brasileiro feito por Portugal até 1808 condicionou um ambiente de vida de aspecto conservador e de tendência niveladora, mais aberto à aceitação de aportes culturais mútuos e de interesses comuns. Aqui, destacam-se a atuação socializadora da mulher negra no seio da família colonial e o processo de socialização lingüística exercido pelos negros ladinos junto à escravaria.

"Ladinos" eram aqueles que logo cedo aprendiam a falar rudimentos de português e podiam participar de duas comunidades sócio-linguisticamente diferenciadas: a casa-grande e a senzala, para tomar o binômio consagrado pela obra do mesmo nome de Gilberto Freyre.

Na condição de bilíngües, atuavam como uma espécie de leva-e-traz, o que deu motivo ao ditado popular “diante de ladino, melhor ficar calado”, desde quando podiam falar a um número maior de ouvintes, e influenciá-los, resultando daí por adaptarem uma língua a outra e estimularem a difusão de certos fenômenos lingüísticos entre os não bilíngües, no caso, o “escravo novo” e o chamado “escravo boçal”, aqueles que não falavam português. Enquanto na casa-grande eram os preferidos para os trabalhos domésticos, privando da sua intimidade, nas senzalas lhes era confiado o poder da disciplina e do comando que se estendia às plantações e aos engenhos, na qualidade de capitães-do-mato e guardas pessoais de seus proprietários, com cujos interesses eles se identificavam.

Já a mulher negra, na função de “mãe-preta”, teve oportunidade de interagir e exercer sua influência naquele ambiente doméstico e conservador, incorporando-se à vida cotidiana do colonizador, fazendo parte de situações realmente vividas e interferindo no comportamento da criança através de seu processo de socialização lingüística e de determinados mecanismos de natureza psicossocial e dinâmica. Entre eles, os elementos de sua dieta nativa, com comidas temperadas com azeite-de-dendê, e componentes simbólicos do seu universo cultural e emocional que ela introduziu em contos populares e cantigas-de-ninar, tais como, seres fantásticos (tutus, mandus, boi-da-cara-preta), expressões de afeto (dengo, xodó), crenças e superstições (o homem-do-saco, interdições alimentares) (PESSOA DE CASTRO, 1990).

A LÍNGUA-DE-SANTO

Subjacente a esse processo, é notável o desempenho sociolingüístico de uma geração de lideranças afro-religiosas que sobreviveu a toda sorte de perseguições e é detentora de uma linguagem litúrgica de base africana, cujo conhecimento é veículo de integração e ascensão na hierarquia sócio-religiosa do grupo, porque nela se acha guardada a noção maior de segredo dos cultos.

Essa língua-de-santo é a fonte atual dos aportes lexicais africanos no português do Brasil, e a música popular brasileira é, hoje, o seu principal meio de divulgação, em razão de muitos dos seus compositores serem membros de comunidades afro-religiosas, como o foi Vinicius de Moraes e, atualmente, Caetano Veloso, Gilberto Gil e tantos outros de igual grandeza, entre os quais os compositores de blocos afros e afoxés da Bahia. Exemplo relevante é a palavra axé (de étimo fon/iorubá), os fundamentos sagrados de cada terreiro, sua força mágica, usada como termo votivo equivalente a “assim seja”, da liturgia cristã ou então “boa-sorte”, que terminou incorporada ao português do Brasil para denominar um estilo de música de sucesso internacional, tipo “world-music”, produzida na Bahia e conhecida por todos como “axé-music”.

CRIoulos E MESTIÇOS

No século XIX, o processo de urbanização que se iniciava no Brasil a partir da instalação da família real portuguesa no Rio de Janeiro e a abertura dos portos em 1808 exigiram a fixação nas cidades da mão-de-obra escrava recém-trazida da África, numa época em que a maioria da população brasileira era constituída de mestiços e crioulos. Estes, já

nascidos no Brasil, falando português como primeira língua, por conseguinte, mais desligados de sentimentos nativistas em relação à África e susceptíveis à adoção e aceitação de padrões europeus então vigentes. Testemunho atual desse fato são as vestes e os paramentos sagrados das cerimônias festivas do modelo urbano do candomblé da Bahia, que se organizou naquela época. São saias rodadas, tecidos rendados, espadas, coroas, capacetes de evidente inspiração colonial européia (LIMA, 1977).

Finalmente, com a extinção do tráfico transatlântico para o Brasil em, 1856, até a abolição oficial da escravatura no país em 1888, o tráfico interno foi intensificado. Negros escravizados nas plantações do nordeste foram levados para outras nas regiões do sul e sudeste (depois ocupadas por europeus e asiáticos) e, em direção oposta, do centro-oeste para explorar a floresta amazônica, onde os povos indígenas são preponderantes. Em consequência, portanto, da amplitude geográfica alcançada por essa distribuição humana, o elemento negro foi uma presença constante em todas as regiões do território brasileiro sob regime colonial e escravista. Fenômeno semelhante dessa mobilidade humana com sua dinâmica cultural e lingüística ocorre presentemente através das migrações de brasileiros afro-descendentes para os estados industrializados do eixo Centro-Sul do país e para as regiões de mineração do Norte e Centro-Oeste, em busca de melhores condições de vida.

Na inevitabilidade desse processo de influências culturais recíprocas e em resistência a ele, o negro-africano terminou impondo, de forma mais ou menos subliminar, alguns dos mais significativos valores e traços expressivos do seu patrimônio cultural e lingüístico na construção da sociedade nacional emergente e da língua portuguesa do Brasil. No entanto, nesse contexto sociohistórico, cada língua ou grupo de línguas teve sua influência própria.

OS BANTO S

No que concerne à influência banto, ela é muito mais profunda em razão da antiguidade do povo banto no Brasil, denominado tradicionalmente de congo-angola, da densidade demográfica e amplitude geográfica alcançada pela sua distribuição humana em território brasileiro.

A sua presença foi tão marcante no Brasil no século XVII que, em 1697, é publicada, em Lisboa, "A Arte da Língua de Angola", do padre Pedro Dias. Trata-se da mais antiga gramática de uma língua banto, escrita na Bahia, para uso dos jesuítas, com o objetivo de facilitar a doutrinação dos "25.000 etíopes", segundo Antônio Vieira, que se encontravam na cidade do Salvador sem falar português (SILVA NETO, 1963), mas, acreditamos nós, não necessariamente falando apenas quimbundo, desde quando poderiam ter sido embarcados em Luanda, mas trazidos de várias regiões de Angola. Situação semelhante deve ter ocorrido em Palmares, proporcionando o desenvolvimento de um falar de base congo-angola, a deduzir pelos títulos de seus líderes, Ganga Zumba, Zumbi, Dandara e dos seus aldeamentos (Osengo, Macaco, Andalaquituxe) (FREITAS, 1973).

Os aportes bantos ou bantuísmos estão associados ao regime da escravidão (senzala, mucama, bangüê), enquanto a maioria deles está completamente integrada ao sistema lingüístico do português, formando derivados portugueses a partir de uma mesma raiz banto

(esmolambado, dengoso, sambista, xingamento, mangação, molequeira, caçulinha), o que já demonstra uma antiguidade maior. Em alguns casos, a palavra banto chega a substituir a palavra de sentido equivalente em português: corcunda por giba, moringa por bilha, molambo por trapo, xingar por insultar, cochilar por dormir, caçula por benjamim, dendê por óleo-de-palma, bunda por nádegas, marimondo por vespa, carimbo por sinete, cachaça por aguardente. Alguns já se encontram documentados na língua literária do século XVII, a exemplo da poesia satírica de Gregório de Matos e Guerra.

Entre os bantismos léxicos, merece destaque a palavra caçula, por ser a única conhecida e usada por todos os brasileiros para dizer “filho mais jovem”, fato que vem corroborar a tese da influência sociolingüística da mulher negra no desempenho de “mãe-preta” na intimidade da família colonial, a começar da criança, e explica a razão de ser do ditado popular “o caçula é o dengo da família”, na voz africana de quem o criou (PESSOA DE CASTRO, 1990).

OS OESTE-AFRICANOS

Ao encontro dessa gente banto já estabelecida nos núcleos coloniais em desenvolvimento, também é registrada a presença de povos ewe-fon, cujo contingente foi aumentado em consequência da demanda crescente de mão-de-obra escrava nas minas de ouro e diamantes, então descobertas em Minas Gerais, Goiás e Bahia, simultaneamente com a produção de tabaco na região do Recôncavo baiano.

Sua concentração, no século XVIII, foi de tal ordem, em Vila Rica, que chegou a ser corrente entre a escravaria local um falar de base ewe-fon, registrado em 1731/41 por Antônio da Costa Peixoto em “A obra nova da língua geral de mina”, só publicada em 1945, em Lisboa. Esse documento lingüístico, o mais importante do tempo da escravidão no Brasil, era para ser utilizado como um instrumento de dominação, como o próprio autor confessa. Seu objetivo, fazer chegar ao conhecimento dos garimpeiros o vocabulário, frases e expressões correntes entre a população escrava local, a fim de que rebeliões, fugas, furtos e contrabandos pudessem ser a tempo reprimidos e abortados. Nina Rodrigues, ao findar do século XIX, também registrou um pequeno vocabulário jeje-mahi (fon) de que ainda se lembravam alguns dos seus falantes na cidade do Salvador (PESSOA DE CASTRO, 2002).

Sob outro ponto de vista, os aportes culturais ewe-fon foram responsáveis pela configuração das religiões denominadas Tambor de Mina, no Maranhão, e pela estrutura conventual do modelo urbano jeje-nagô do candomblé da Bahia (LIMA, 1977). Entre outras evidências, a orquestra cerimonial composta dos atabaques rum, rumpi, lé e do idiofone gã, o barco (grupo de iniciação), o peji, o assento, o runcó, o ajuntó, o decá, o panã, denominações de inegável origem ewe-fon.

Ao findar do século XVIII, a cidade do Salvador passa a receber, em levas numerosas e sucessivas, um contingente de povos procedentes da Nigéria atual, em consequência das guerras interétnicas que ocorriam na região. Entre eles, a presença nagô-iorubá foi tão significativa que o termo nagô na Bahia começou a ser usado indiscriminadamente para designar qualquer indivíduo ou língua de origem africana no Brasil. Rodrigues (1945) mesmo dá notícia de um “dialetto nagô”, que era falado pela população negra e mestiça da cidade do Salvador naquele momento, e que ele não documentou, mas definiu como “uma espécie de patois abastardado do português e de várias línguas africanas”. Logo, não se tratava da língua iorubá (RODRIGUES, 1945).

Devido a uma introdução tardia e à numerosa concentração dos seus falantes na cidade do Salvador, os aportes do ioruba são mais aparentes, especialmente porque são facilmente identificados pelos aspectos religiosos de sua cultura e pela popularidade dos seus orixás no Brasil (Iemanjá, Xangô, Oxum, Oxóssi, etc). Por isso mesmo, a investigação sobre culturas africanas no Brasil tem sido baseada nos mais proeminentes candomblés de tradição nagô-queto em Salvador, uma abordagem metodológica que vem sendo observada desde Rodrigues (1945) e que terminou por desenvolver a tendência de interpretar os aportes africanos no Brasil através de uma óptica iorubá, mesmo quando não o são.

No entanto, Rodrigues (1945) também documentou, à sua época, uma dezena de vocábulos das línguas hauçá, tapa (nupe), fulani e grunçe, entre alguns dos seus falantes que ainda viviam na cidade do Salvador. Esses povos islamizados, embora ali numericamente minoritários, encontravam-se num centro urbano que lhes permitia uma relativa liberdade e facilitava suas relações interpessoais, numa condição favorável à promoção de revoltas que se sucederam nas primeiras décadas do século XIX, a princípio lideradas por hauçás, povos do grupo lingüístico afro-asiático do norte da Nigéria. A mais importante de todas ocorreu em 1835 e ficou conhecida como Revolta dos Malês, palavra *fɔn* e iorubá para dizer muçulmano (REIS, 1988).

O PORTUGUÊS DO BRASIL

Depois de quatro séculos de contato direto e permanente de falantes africanos com a língua portuguesa no Brasil, o português do Brasil, naquilo em que ele se afastou do português de Portugal, descontada a matriz indígena menos extensa e mais localizada, é, em grande parte, o resultado de um movimento implícito de africanização do português e, em sentido inverso, de aportuguesamento do africano.

Essa interação lingüística, apoiada por fatores favoráveis de ordem sociohistórica e cultural, foi provavelmente facilitada pela proximidade relativa da estrutura lingüística do português europeu antigo e regional com as línguas negro-africanas que o mestiçaram. Entre essas semelhanças, o sistema de sete vogais orais (a, e, ê, i, o ê, u) e a estrutura silábica ideal (CV.CV) (consoante vogal.consoante vogal), onde se observa a conservação do centro vocálico de cada sílaba, mesmo átona. Esse tipo de aproximação casual, mas notável, provavelmente possibilitou a continuidade do tipo prosódico de base vocálica do português antigo na modalidade brasileira, afastando-a, portanto, do português de Portugal, de pronúncia muito consonantal. (Cf. a pronúncia brasileira *pi.neu, *a.di.vo.ga.do, *ri.ti.mo em lugar de pneu, ad.vo.ga.do, rít.mo).

Nesse processo, o negro banto, pela antiguidade, volume populacional e amplitude territorial alcançada pela sua presença no Brasil colônia, como os outros, adquiriu o português como segunda língua, tornando-se o principal agente transformador da língua portuguesa em sua modalidade brasileira e seu difusor pelo território brasileiro sob regime colonial e escravista. Ainda hoje, inúmeros dialetos de base banto são falados como línguas especiais por comunidades negras da zona rural, provavelmente remanescentes de antigos quilombos em diversas regiões brasileiras. Ao encontro dessa matriz já estabelecida, assentaram-se os aportes do *ewe-fɔn* e do iorubá, menos extensos e mais localizados, embora igualmente significativos para o processo de síntese pluricultural brasileira, sobretudo no domínio da religião.

Considerando que o português do Brasil não é um todo, um bloco uniforme, mas um conceito coletivo que se pode desdobrar em níveis, de acordo com as ocasiões, as regiões e as classes sociais, os aportes africanos estão mais ou menos completamente integrados ao sistema lingüístico do português brasileiro segundo os níveis de linguagem socioculturais, enquanto o português de Portugal (antigo e regional) foi ele próprio africanizado, de certa forma pelo fato de uma longa convivência.

A complacência ou resistência face a essas influências recíprocas é uma questão de ordem sociocultural, e os graus de mestiçagem lingüística coincidem geralmente, mas não de maneira absoluta, com os graus de mestiçagem biológica que ocorrem no Brasil.

Alguns exemplos tirados de Pessoa de Castro (2001):

INTERFERÊNCIA NO VOCABULÁRIO

1. Aportes lexicais p.d., palavras africanas que foram apropriadas pela língua portuguesa em diversas áreas culturais, conservando a forma e o significado originais:

a) Simples: samba, xingar, muamba, tanga, sunga, jiló, maxixe, candomblé, umbanda, berimbau, maracutaia, forró, capanga, banguela, mangar, cachaça, cachimbo, fubá, gogó, agogô, mocotó, cuíca.

b) Compostos: lenga-lenga, Ganga Zumba, Axé Opo Afonjá.

2. Aportes por decalque, palavras do português que tomaram um sentido especial:

a) por tradução direta de uma palavra africana, mãe-de-santo (ialorixá), dois-dois (ibêji), despacho (ebó), terreiro (casa de candomblé);

b) em substituição a uma palavra africana considerada como tabu, a exemplo de "O Velho", por Omulu, e "flor do Velho", por pipoca.

3. Aportes híbridos, palavras compostas de um elemento africano e um ou mais elementos do português: bunda-mole, espada-de-ogum, limo-da-costa, pó-de-pemba, Cemitério da Cacuia, cafundó de Judas.

Nessa categoria estão os derivados nominais em português, a exemplo de molecote, molecagem, xodozento, cachimbada, descachimbada, forrozeiro, sambista, encafifado, capangada, caçulinha, dengoso, bagunceiro.

INTERFERÊNCIA NA MORFOLOGIA E SINTAXE

1. Não há de ser por mero acaso ou seguindo apenas a deriva interna da própria língua portuguesa que, na linguagem popular e descontraída do falante brasileiro, a tendência é assinalar o plural dos substantivos apenas pelos artigos que sempre os antecedem, a exemplo de se dizer *as casa", *os menino", *os livro, segundo o padrão do plural dos nomes, feito por meio de prefixos nas línguas bantos.

2. As línguas africanas também desconhecem a marca de gênero, como em português padrão, a/o (menina x menino), o que pode contribuir para explicar melhor a instabilidade de

gênero dos nomes (* minha senhor) que por vezes é observada no cancionário português antigo e também ocorre na linguagem popular e na fala do “preto-velho”, entidade muito popular na umbanda, tida como negros muito idosos que viveram o tempo da escravidão no Brasil.

INTERFERÊNCIA NA FONOLOGIA, PRONÚNCIA

1. A tendência do falante brasileiro em omitir as consoantes finais das palavras ou transformá-las em vogais, *falá, *dizê, *Brasiu, coincide com a estrutura silábica das palavras em banto e em iorubá, que nunca terminam em consoante.

2. Ainda de acordo com a estrutura silábica dessas línguas, onde não existem encontros consonantais, como ocorre em português, também se observa, na linguagem popular brasileira, a tendência de desfazer esse tipo de encontro, seja na mesma sílaba ou em



Figura 1 - Regiões de concentração do tráfico transatlântico com o Brasil

ÁFRICA OCIDENTAL (REGIÃO KWA)

1. GANA
2. TOGO
3. BENIM
4. NIGÉRIA

ÁFRICA BANTO

- | | |
|----------------------|---------------|
| 5. GABÃO | |
| 6. CONGO-BRAZZAVILLE | 8. ANGOLA |
| 7. CONGO-KINSHASA | 9. MOÇAMBIQUE |

sílabas contíguas, pela intromissão de uma vogal entre elas, que termina por produzir outra sílaba, a exemplo de *saravá para salvar, *fulô para flor.



Figura 2 - Mapa de concentração de falantes bantos e oeste-africanos no Brasil

ATIVIDADE PRINCIPAL	BUNDE INTRONCIA			
	MI	MII	MIII	III
ARICHTRA	H	H	N	N
HNERAH			H	
BRVIRANH			NH	

REFERÊNCIAS

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. Para o estudo da fonêmica portuguesa. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1959.

_____. Princípios de lingüística geral. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1954.

CARNEIRO, Edison. Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. (Retratos do Brasil, 28).

CARNEIRO, Souza. Mitos africanos no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. (Brasiliana, 103).

CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do folclore brasileiro. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962.

CASTRO, Eugenio de. Ensaio de Geografia lingüística. São Paulo: Editora Nacional, 1941.

- CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.
- ELIA, Silvio. *A unidade lingüística do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- FERRETTI, Sérgio Figueiredo. *Querebetã de Zomadonu: etnografia da Casa das Minas do Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 1994.
- FREITAS, Décio. *Palmares, a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Movimento, 1973.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964, 2 t.
- GREENBERG, Joseph. *The languages of Africa*. Bloomington: Indiana University, 1966.
- LIMA, Vivaldo da Costa. *A família-de-santo nos candomblés jeje-nagôs da Bahia: um estudo de relações intragrupais*. 1977. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal da Bahia-UFBA, Salvador, UFBA, 1977.
- MAIA, Antônio da Silva. *Dicionário complementar português: kimbundu-kikongo*. Cucujães: Escola Tipográfica das Missões, 1964.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto; Salvador: EDUFBA, 1991.
- MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1935.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. São Paulo: Agir, 1946.
- PESSOA DE CASTRO, Yeda. *No canto do acalanto*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 1990. (Série Ensaio/Pesquisa, 12)
- _____. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks Editora. 2001.
- _____. *Os falares africanos na interação social do Brasil Colônia*. Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 1980. n.89.
- _____. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002. (Coleção Mineiriana).
- QUEIROZ, Sônia. *Pé preto no barro branco. A língua dos negros de Tabatinga*. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998.
- RAYMUNDO, Jacques. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.
- _____. *O negro brasileiro e outros estudos*. Rio de Janeiro: Record, 1936.
- REIS, João. *Rebelião escrava no Brasil, a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nacional, 1945.
- SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Biblioteca Nacional, 2002.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1963.
- VIANNA FILHO, Luis. *O negro na Bahia*. São Paulo: José Olympio, 1946.
- VOGT, Carlos; FRY, Peter. *Cafundó, a África no Brasil: língua e sociedade*. São Paulo: Cia. das Letras; Campinas: Editora Unicamp, 1996.